



Educar em Revista

ISSN: 0104-4060

ISSN: 1984-0411

Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná

Vasconcelos, Michele de Freitas Faria de; Seffner, Fernando; Melo, Marcos Ribeiro de
*"Gente é mais que homem": gênero e cuidados em álcool e outras drogas*¹

Educar em Revista, vol. 36, e75406, 2020
Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná

DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.75406>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155063059046>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UFRJ
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

“Gente é mais que homem”: gênero e cuidados em álcool e outras drogas¹

“People are more than man”: gender and care in alcohol and other drugs

Michele de Freitas Faria de Vasconcelos*

Fernando Seffner**

Marcos Ribeiro de Melo*

RESUMO

O texto foi desenvolvido a partir de fragmentos de uma pesquisa em que a produção do campo se deu no encontro com corpos organizados como de homens usuários de álcool e outras drogas, e do sistema de saúde, mais precisamente de um Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas (CAPS ad), situado na capital do menor estado brasileiro. De inspiração etnográfica e cartográfica, o estudo mirou em pedagogias de invenção da vida cotidiana de homens tidos como tendo necessidades recorrentes do uso de álcool e outras drogas. Trata-se de uma pesquisa que se germinou num processo de composição de um território de (re)existência ao mandato biopolítico da obediência dos (nossos) corpos a seu fazimento como corpos dopados culturais, participantes de uma democracia da sujeição à forma-homem, sujeitos de direitos. A partir de situações que envolvem complexas negociações entre pedagogias de gênero e sexualidade, corpos de homens e uso de álcool e outras drogas, buscamos elementos para pensar uma democracia que seja acontecimento a partir do jogo da diferença.

Palavras-chave: Homens. Álcool e Drogas. Cotidiano. Pedagogias de gênero e sexualidade. Invenção.

1 Esse estudo foi parcialmente financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Financiamento de código 001.

* Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, Sergipe, Brasil. E-mail: michelevasconcelos@hotmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-9013-6352> E-mail: marcos_demelo@hotmail.com - <https://orcid.org/0000-0003-3289-2528>

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: fernandoseffner@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-4580-6652>

ABSTRACT

The text was developed from fragments of a research, in which the production of the field took place in the encounter with bodies organized as of men users of alcohol and other drugs and the health system, more precisely, from a Psychosocial Care Center for Alcohol and other Drugs (Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas) - CAPS ad located in the capital of the smallest Brazilian state. Inspired by ethnography and cartography, the study focused on pedagogies of invention from men's daily lives who are considered to have recurring needs for the use of alcohol and other drugs. It is a research that germinated in a process of composition of a territory of (re)existence to the biopolitical mandate of obedience of (our) bodies to their doing as doped cultural bodies participating in a democracy of subjection to the man-form, subjects of rights. From situations that involve complex negotiations between gender and sexuality pedagogies, men's bodies and the use of alcohol and other drugs, we seek elements to think of a democracy that is an event based on the game of difference.

Keywords: Men. Alcohol and Drugs Everyday Life Pedagogies of gender and sexuality. Invention.

Todas manhãs ele passava nos bairros dos brancos carregando suas enormes gaiolas. Ele mesmo fabricava aquelas jaulas, de tão leve material que nem pareciam servir de prisão. Pareciam eram gaiolas aladas voláteis. Dentro delas os pássaros esvoavam suas cores repentinas. À volta do vendedeiro, era uma nuvem de pios, tantos que faziam mexer as jaulas.

– Mãe, olha o homem dos passarinhos!

E os meninos inundavam as ruas. As alegrias se intercambiavam: a alegria das aves e o chilreio das crianças. O homem puxava de uma muska e harmonizava sonâmbulas melodias. O mundo inteiro se fabulava (COUTO, 2016, p. 63-64).

O artigo fala de encontros com forças moventes, afetos políticos, em nossa condição de viventes com a lama viva do mundo e suas gaiolas aladas; encontros com vidas (humanas) que insistem em estar presentes, mesmo quando deveriam estar nas sombras, sem memória, por não serem vidas “queridas” (ALVARENGA, 2017). Encontros que entrelaçam corpos e vozes mestiças, capazes de fabular novos mundos, novas carnes, como o encontro do velho passarinho, um “negro, sacana, que se arrogava a existir, ignorante dos seus deveres de raça”, e o menino Tiago, um desobediente, “criança sonhadeira, sem habilidade senão perseguir fantasias”, do conto de Mía Couto (2016,

p. 64). Encontros-aberturas que dão passagem ao impossível e ao fora-do-lugar, tramados em “insuspeitos vazios”.

A proposta foi pesquisar com homens entre pedagogias de invenção da vida cotidiana e uso de drogas, saber como experimentam uma vida, extraindo daí elementos para pensar a democracia desde a diferença. Perscrutamos redes de cuidado, solidariedade e ajuda mútua, invenções de si e de mundos, ampliando em ato sentidos para os termos “homem” e “cuidado em saúde”. Privilegiamos narrativas dos sujeitos sobre suas trajetórias itinerantes de ocupação de espaços e serviços da rede de saúde pública, em especial um CAPS ad, com ênfase no paradoxo de, em nome do cuidado, produzirem-se por entre práticas higienistas de perpetuação da sobrevida, da obediência.

Assim, um governo das condutas é posto em ação, produzindo obediência calcada no ideal de participação social por meio do trabalho e de normas regulatórias de gênero que prescrevem um modo de “ser” homem. Na fricção entre a organização dos serviços de saúde e as micropolíticas do cotidiano o cuidado em saúde, “direta ou indiretamente, parece ser entendido como pena” (GRANJA; MEDRADO, 2009, p. 26). Mas, também em nome do cuidado, produziram-se com as itinerâncias desses homens modos outros de fazer pensar a vida, as relações, os espaços urbanos, o cuidado em saúde; “Descaminhos da experiência de si, portanto” (AQUINO, 2011, p. 205).

No quadro geral da noção de governo como operador analítico das relações de poder, Foucault pensou o nascimento da racionalidade do Estado moderno (2008a), bem como a emergência do (neo)liberalismo (2008b), entendendo-os como artes de governar. Para fazer a gestão das condutas humanas, tais artes ancoraram-se – e ainda ancoram-se – em técnicas inspiradas na experiência milenar do pastorado cristão: “O homem ocidental aprendeu, durante milênios, a se considerar uma ovelha entre ovelhas”, sob a condução de pastores (FOUCAULT, 2008b, p. 174). “O poder pastoral é sem dúvida algo de que ainda não nos libertamos” (FOUCAULT, 2008b, p. 197). O elemento-chave para fazer a gestão estatal e (neo)liberal das condutas é produzir subjetividades obedientes às finalidades da economia de poder. Arte de governar, arte de fazer-se obedecer. O governo das condutas vai exigir atos não somente de obediência e de submissão, mas também de manifestação da verdade sob a forma da subjetividade. Gesta-se um exercício de poder que, ancorando-se em procedimentos pastorais, atualiza a exigência de que os indivíduos não somente obedeçam, mas sejam obrigados a manifestar em verdade aquilo que são. Que digam, que confessem, que mostrem em seu corpo obstinadamente: “eis aquilo que eu sou, eu que obedeco” (FOUCAULT, 2011, p. 76). No caso dos usuários de CAPS ad, que mostrem em seu corpo os perigos do desengajamento da moral empreendedora da vida ativa.

Com Foucault (2001), lembramos que o corpo é uma realidade biopolítica e, com Pelbart (2013, p. 25), que a perversão do biopoder contemporâneo é mantê-lo “numa zona intermediária entre a vida e a morte, entre o humano e o inumano: o sobrevivente”. Já não se trata mais de fazer viver e deixar morrer; também não se trata de fazer morrer, mas de “*fazer sobreviver*. Ele cria sobreviventes. E produz *sobrevida*” (PELBART, 2013, p. 26). A pesquisa deu-se bem ali junto a corpos expurgados por hiperbolizarem essa direção da sobrevida, do “domínio químico das peripécias do cotidiano” (COUTO, 2009, p. 45), do entorpecimento como “uma maneira de se adequar aos desafios da vida no capitalismo avançado” (COUTO, 2009, p. 45).

O uso “prejudicial” de álcool e outras drogas é de tempos recentes considerado um problema de saúde pública. No momento em que a arte econômica passa a funcionar como critério de razoabilidade das condutas, sob o arauto dos discursos da qualidade de vida e do bem-estar da população, sua manutenção e incremento continuam a exigir a destruição da vida de uma parcela da população, entendida como perigosa, tornando algumas vidas supérfluas e descartáveis. Em nome da segurança da população, pode ser que alguns indivíduos (muitos) morram. No cenário biopolítico contemporâneo, que parcela é essa? Na pergunta de Duarte (2009, p. 49), reside uma pista: “Afim, o que fazer com aqueles indivíduos e povos que se recusam a assumirem-se como empreendedores de si mesmos?”. As novas figuras de anormalidade e de criminalidade parecem se fixar naqueles indivíduos e grupos que falharam ou que não se assumem como autoempreendedores de si mesmos. Num contexto de hiperprevenção, doenças e até mesmo a morte são entendidas como fracasso pessoal, reveladoras de desvios, dos excessos cometidos por um corpo que desrespeitou as regras, que se desviou do reto caminho da vida ativa rumo à saúde perfeita. A partir desse mote, propomo-nos a pensar a vida cotidiana de homens usuários de álcool e outras drogas em suas articulações com corpos que assumem para si a tarefa de ‘cuidá-los’, corpos organizados como trabalhadores de saúde.

Conduzir condutas: projetos terapêuticos transmutam-se em projetos pedagógicos

Em outro texto (VASCONCELOS; SEFFNER, 2015), a partir de chaves de entendimento operadas por Foucault, apontamos a governamentalidade como uma economia de produção de subjetividades, pensando a condução das condutas humanas como um problema simultaneamente pedagógico e político; o governo

das condutas como se desenvolvendo a partir do acionamento de procedimentos pedagógicos. Para formar corpos organizados e sujeitos governáveis que, nos dias atuais, se traduzem em empresários de si em sintonia com a racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016), ou, ainda, para (re)formar ingovernáveis extraviados, na tentativa de inscrever suas condutas no modelo econômico de existência, o governo das condutas traduz-se em uma pedagogia das condutas.

Como estratégia de governo, as políticas e os serviços de saúde veiculam pedagogias institucionais, terapêuticas, corporais. As políticas e serviços de atenção em álcool e outras drogas são “um território de *ensino*” (PARAÍSO, 2011), o ensinar como um processo que diz respeito à transmissão de informação, oferta, explicação, apresentação de conteúdo, conhecimentos, saberes e fazeres, conceitos, habilidades, competências, culturas, valores, modos de ser e de viver, condutas. Mas, o que esses serviços ensinam? O que a falta de planejamento e encaminhamentos ensina?

Porque, assim, você abre o serviço, joga os profissionais e salve-se quem puder, arrume suas estratégias emocionais de sobreviver nisso, entendeu? Seja usuário também e vamos vivendo! [...] você vem com o objetivo de desenvolver um trabalho sério e não consegue, alguma coisa tá errado e tal e aí você se sente frustrado, né?

– E aí você se sente humilhado o tempo todo. [...] O fato da gente tá aqui se matando, se matando, todo dia enxugando gelo e quando vê que não funciona, vem alguém de lá de cima, de longe e diz: ‘Você não tá fazendo seu trabalho direito’. Isso tudo é situação de humilhação. Você tá sofrendo todo dia. [Grupo Focal² com equipe técnica do CAPS ad, dezembro de 2008]³

Culpabilização e individualização são instrumentos importantes na tomada de poder sobre as subjetividades (GUATTARI; ROLNIK, 2000), e mostram conflito com as noções de bem comum, solidariedade, direitos humanos e precariedade do humano, afinadas com ideais democráticos que defendemos. O acúmulo de tarefas junto à exigência de flexibilização das práticas profissionais

2 Decidimos por, em trechos subsequentemente citados, usar a sigla *GF* para referendar grupos focais, mantendo a distinção do grupo (GF equipe técnica, GF usuários, GF profissionais).

3 Todos os excertos de entrevistas e grupos focais aqui transcritos foram retirados da pesquisa de doutoramento da qual esse texto parte (disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/72783>. Acesso em: 20 jun. 2020), e que neste artigo foram analisados com base em categorias diversas daquelas da tese. Em todas as situações lidamos com os procedimentos de consentimento ético.

parece, assim, compor com o próprio funcionamento da racionalidade (neo) liberal e sua política do abandono concentrado. De um lado, isso produz grandes contingentes populacionais de vidas que não importam; de outro, profissionais empresários/as de si que creem poder resolver seus problemas para, logo ali, ao dobrarem a esquina do cuidado produzido, para, ao perceberem que não conseguiram, se culpabilizarem e se frustrarem.

Ao lado da onipotência do/a profissional empresário/a de si, colada ao “modo de ser indivíduo”, instala-se a culpa: “por se julgar iluminado, culpa-se, entendendo que tem obrigação de chegar à resolução do problema” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2007, p. 33), para, em seguida, cair na frustração, apatia, cansaço. Assim, “a vida coletiva serializada pode se tornar de uma tristeza desesperadora tanto para os doentes como para os ‘técnicos’” (GUATTARI, 2000, p. 189). “Um ponto sobre o qual jamais se insistirá o bastante é que os médicos, enfermeiros, técnicos em geral, os psiquiatras e psicólogos são igualmente tomados pelo estado de coisa atual, onde doentes e funcionários morrem literalmente de tédio” (GUATTARI, 2000, p. 199), sobreviventes entorpecidos. No CAPS ad, profissionais encharcados de tédio se encontram com usuários também entediados...

O serviço é conformado de um jeito que parece que entrando pela porta você já está em tratamento. Não importa muito o que foi fazer lá, ir ao CAPS já é o tratamento. [GF equipe técnica, janeiro de 2012]

Aqui é o seguinte: muitos irmãos aqui moram na rua e não “consegue” se livrar das drogas. Por isso eles discriminam muito. A gente, pra eles, é um pedaço de toco, eu fico só vendo de longe. [...] Como é que um técnico [...] diz que é foda acordar seis horas da manhã para vir cuidar de pessoas que ficaram na farra a noite toda bebendo e usando droga? O que é isso, rapaz? [...] Que oficina é essa? É só conversa fiada. Fazem o usuário brincar que nem criança. Se o cara vem aqui e tivesse a felicidade de fazer alguma coisa, uma computaria, um teatro, como já teve. Mas não tem nada. Fica um olhando pra cara do outro. Um bando de zumbis. Eu não sou zumbi. Melhorou, linda? Eu “tou” ficando é pior. [GF usuários, janeiro de 2012]

“Ir ao CAPS já é o tratamento”, uma maneira de, despendendo um mínimo de recursos e investimentos, governar, educar corpos a fim de garantir condições mínimas para adentrarem o jogo do mercado. Os que falharam em fazer de

seus corpos e suas vidas templos empresariais precisam contentar-se com esse mínimo, ir ao CAPS, ter esse lugar disponível parece ser suficiente. E assim o serviço reitera a lógica da sobrevida e do entorpecimento, vê-se mingando junto ao tédio de profissionais e usuários, “*um bando de zumbi*”. Sem “*computaria*”, à mercê da racionalidade neoliberal, corpos-usuários-tutelados, à semelhança dos corpos-infantis-escolarizados, vão perdendo viço e resistência, ao não mais infantilizar a vida (KOHAN, 2007).

Estamos falando da feitura de corpos-tutelados-infantilizados, que parecem se contentar com a sina de que ir ao CAPS, por si só, basta. “*Uma creche*” [GF profissionais, dezembro de 2012], um CAPS-creche. Educar infantilizando, quando a infantilização parece funcionar como instrumento de tomada de poder das subjetividades (GUATTARI; ROLNIK, 2000). Colados à infantilização, processos de cuidado em saúde também ensinam silêncio e passividade. Usuários passam o dia esperando ser chamados para atividades, as quais, em sua maioria, parecem vir formatadas, planejadas sem levar em conta necessidades e desejos por eles apontados. Usuário de droga “*não deseja outra coisa senão aniquilar e aniquilar-se, não adere ao tratamento*”. E, assim, o CAPS parece oscilar entre uma oferta restrita e pouco planejada de oficinas e a exigência de ‘ocupação obrigatória’, de participação dos usuários na ‘grade’ de atividades do serviço, sob pena de se alegar que não se está aderindo ao tratamento, sem se levar em consideração as constantes reclamações, tanto de usuários como de profissionais, da automação, da falta de sentido, do tédio das atividades. O que um projeto terapêutico pautado no resgate dos laços sociais pela família, pelo trabalho, pela produção de cidadania e autonomia ensina a quem cuida e a quem é cuidado?

– *O CAPS ad me fortaleceu e me reviveu porque eu era um ninguém. Eu era um ninguém e ele me tirou do fundo do poço. [...] e até hoje estou aqui e me sinto homem. [...] eu era um lixo e hoje eu sou um homem porque eu era uma pessoa derrubada. Derrubada, totalmente.*

– *[...] tudo que eu sei, tudo que eu aprendi, através de ser homem, eu aprendi dentro do CAPS. Ser cidadão, correr atrás dos meus direitos.*

– *[...] no dia a dia dessa conversa com cada um de nós, eles vão ajudando “a nós” se levantar, a se sentir o mesmo, o cidadão que era antepassado.*

– *[...] do lixo ao homem, o que vai fazendo sair do lixo? Que características eu preciso para ser isso que vocês chamam de homem?*

– *Responsabilidade.*

– *Autoestima, né?*

– *Força de vontade.*

– *Vergonha na cara.*

[GF usuários, dezembro de 2008]

O cidadão participante, o indivíduo crítico, conhecedor de seus direitos e deveres, responsável pelo seu corpo e autovigilante de suas condutas, são “avatars que povoam os territórios das pedagogias contemporâneas” (CORAZZA; SILVA, 2003, p. 11), preocupadas em formar indivíduos empresários de si, unidades-empresa que autopoliciam suas condutas e a dos outros. Parece que no CAPS ad se acionam pedagogias que ensinam uma “cidadania de sujeição”, a partir da qual se produz uma “autonomia regulada” (CARVALHO, 2009), em que a garantia de direitos se faz acoplada ao controle das condutas. Em outras palavras, conquista-se a condição cidadã – esta que faz usuários do CAPS ad, por meio das pedagogias ali operadas, “voltarem a ser homens”, *“do lixo ao homem”*.

O funcionamento do CAPS ad parece coadunar-se com a expansão de uma subjetividade policial-empresa, ou seja, da função policial inscrita na conduta de cidadãos/ãs. Práticas cuidadoras parecem operar como práticas de fiscalização das condutas, responsáveis pela organização dos corpos de usuários/as, a fazê-los/as aderir ao manual das boas condutas a favor do mercado e do Estado. Na constante suspeita do corpo, superfície onde podem se encontrar expostas marcas, sofrimentos, dores por não se ter seguido à risca as prescrições, profissionais e usuários/as tornam-se peritos, controladores policiais. “Só depende de você deixar de usar ou pelo menos reduzir o uso”, “Você tem que desejar se tratar”, são sentenças de autoajuda e autoperitagem bioidentitárias usualmente proferidas no serviço, as quais costumam fazer parte da abordagem.

Quando se pergunta pelos objetivos de um CAPS, profissionais e usuários tendem a prontamente responder, quase que de forma automática: “produzir autonomia”. No terreno do cuidado em ad, produção de autonomia parece ter se transmutado numa palavra de ordem, num clichê da saúde mental, numa “ideia justa” articulada ao ideário neoliberal do empreendedorismo de si, uma ideia que dita modos de percepção, entendimento e atuação, barrando o pensamento (DELEUZE, 1992). Para ter autonomia, é preciso ser responsável. Faz parte do projeto terapêutico a responsabilização dos usuários – ou seja, daqueles que falharam na prevenção dos riscos à saúde – traduzida muitas vezes em culpabilização (CASTIEL, 2011) por suas escolhas e comportamentos de risco. É preciso intervir, responsabilizando-os.

Nessa mesma direção, alguns ‘lemas’, alguns modos de uso da redução de danos adotada pela Política Nacional de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas (BRASIL, 2003), parecem também pactuar com a lógica do empreendedorismo de si: responsabilização pelo uso de drogas, reduzir danos e ter direito ao uso e a dispor do seu próprio corpo, desde que faça um uso que não coloque em risco sua vida nem a dos que se encontram ao seu redor, discussão sobre modos mais saudáveis e responsáveis de uso, *“beber se*

policiando”, obter acesso a informações sobre modos menos danosos de usar álcool, por meio das quais “o sujeito deixa de ser passivo, se responsabiliza pelo uso que faz, pelo seu corpo”.

“*Me vejo como um normalizador do uso de drogas*” [profissional da equipe do Projeto de Redução de Danos, dezembro de 2012]. Um normalizador do uso de drogas parece se situar justamente no jogo entre liberdades individuais e estratégias de segurança. Retomemos aqui algumas questões: Foucault (2008b, p. 61) aponta que a governamentalidade (neo)liberal se situa “no jogo complexo entre interesses individuais e coletivos, entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder público, entre direitos fundamentais e independência dos governados”. O mesmo autor complementa o raciocínio indagando se uma economia de mercado pode fornecer princípios para pensar o estado e a vida na democracia. As práticas governamentais zelam para que a mecânica dos interesses não incorra em riscos e perigos nem para os indivíduos, nem para a população. É assim que parece se dar a composição entre estratégias de seguridade, bem ao lado da fabricação de liberdades. A saúde do corpo e a cidadania parecem funcionar como um modo “eficaz e eficiente de promover a fácil condução com base na obediência” (PASSETTI, 2003, p. 27). Do mesmo modo, convocadas pelo objetivo de governo das condutas, práticas de cuidado muitas vezes parecem acoplar-se a um “cuidado” estatal-policialesco e a movimentos de “resistência” a restringir-se a reivindicações e exigências feitas pela população por um mais Estado social, ou seja, por uma maior intervenção estatal sobre suas vidas.

Todos/as e cada um/a de nós, corpos organizados, corpos governados e governáveis, cidadãos/ãs responsáveis, devemos ao Estado e ao mercado. Primeiramente, devemos ser individualizados, identificados, organizados, únicos, sujeitados, saudáveis. Devemos ser grupos e comunidades delimitadas, cujo reconhecimento também advém via luta por identidade. Identidades, mesmo as dissidentes, devem ser reconhecidas – e, desse modo, também advir soberanas –, também os corpos “resistentes” devem construir um “rosto” homogêneo. Direitos e deveres: identidade, delimitação, depuração, controle. Devemos ser corpos individuais e sociais que marcham com o Estado e o mercado.

“*No CAPS, voltei a ser homem*”. O Homem, o homem da razão, possuidor de uma identidade indivisa e soberana, masculino, branco, adulto, heterossexual, trabalhador, viril, “encorpado”, sadio, “chefe” de família que tem um nome a zelar e dá esse nome à família, que tem bens e patrimônios a honrar e que honram esse nome, que controla e domina sua “fêmea”, que só ele a trai ou pode traí-la, que tem autocontrole sobre o uso que faz de drogas, que faz uso “responsável” de álcool e outras drogas, que tem poder de consumo, de endividamento, cartão de crédito, que tem casa, endereço fixo, tudo isso lhe concedendo um local de poder e de autoridade como sujeito universal: a humanidade. Deleuze (1992)

afirma que essa forma-Homem surge no século XIX e se reedita em contextos contemporâneos: “a forma do homem, a forma-homem, é uma moldagem histórica complexa e mutante” (PELBART, 2003a, p. 32). A ela, tendemos a estar colados; a partir dela, nos subjetivamos. Fixação, identidade, forma, fôrma subjetiva, formatação de corpos...

O território CAPS: o ensino como formação do corpo e (des)aprendizagem como sua abertura

O CAPS ad funciona como lócus educativo que investe na produção de determinados sujeitos e corpos. Pautando-se na forma-Homem, seu projeto institucional, terapêutico e corporal tem como objetivo produzir cidadãos/ãs de bem, cuidadores/as de si, responsáveis e autônomos/as. O serviço parece cumprir a função de pastor-polícia no governo das condutas, intervindo na organização dos corpos e convocando-os/as à participação na sociedade. Para que o projeto funcione, é preciso que usuários e profissionais acreditem, colaborem, participem, consumam ali seu tempo, seu espaço, sua vida e seus corpos, de tal maneira, até levá-los ao cansaço, à apatia, sobrevivam. Nesse momento, parecem estar prontos a serem policiais de si mesmos: sobrevidas.

Como que conformando um ato falho, numa roda de redução de danos realizada num cemitério, espaço no qual alguns usuários – mortos-vivos, vidas nuas dispensáveis e capturáveis – fazem morada, afirmou-se: “*Isso é falta de desemprego*”; do que adveio a seguinte pista: em vez de coadunar-se com ‘reclamações’ sobre falta de emprego e educação, é preciso afirmar que o projeto governamental almeja, por meio da educação, do trabalho e da saúde, prender corpos a identidades, formas e limites, a um rosto homogêneo e ideal: a humanidade. Nesse sentido, apontou-se o CAPS como um território de ensino cujo objetivo é formatar corpos. As práticas institucionais e terapêuticas funcionam como pedagogias, pedagogias corporais.

Assim, o corpo aparece como construto político-cultural, e o fazer em saúde como instância pedagógica por meio da qual se imprimem marcas nos corpos, organizando-os. Neste texto, trabalha-se com a ideia de que os corpos tendem ao singular, ou seja, se constroem no interior de culturas específicas, submetidos a determinadas pedagogias corporais. Pensa-se, pois, o corpo como se produzido por efeitos de geração (certa idade, ou mais de uma idade, aquela biológica, aquela que os outros atribuem a ele etc.); certa combinação de gênero (masculino e feminino, mas não de forma excludente, ou seja, não para simplesmente classificar o corpo como sendo de homem ou de mulher, mas

para ver nele os efeitos da história relacional dos gêneros, que deixa marcas masculinas ou femininas, isso se pensarmos apenas em dois gêneros); certa disposição para o exercício da sexualidade (em geral chamada de orientação sexual, busca-se os efeitos da história daquele corpo em relação ao tema da sexualidade); inscrito numa religião (a adesão a religiões ou a construção de referenciais religiosos próprios, através da combinação de diversos elementos, marca os corpos); nação, região, deficiência ou não etc., tudo isso lhe conferindo marcas, a partir das quais ele é valorado.

Todavia, os corpos sempre podem mais do que valem! Além de construtos político-culturais, corpos são construções político-éticas. Mais do que afeitos à submissão a determinadas pedagogias culturais e à toxicomania identitária que lhes organizam, lhes marcam, lhes ensinam ‘boas’ condutas, avaliam seu valor, os corpos tendem à singularização. Situando-se em fendas do jogo do poder, corpos abandonam a adesão obediente às fôrmas subjetivas prescritas por tais pedagogias, recusam o que são e ensaiam a invenção de outros modos de existir, abrindo-se para outras práticas de si que não as bioidentitárias pautadas pela sujeição a um ‘eu’ que, nos dias atuais, se expressa num ‘corpo’, conformando subjetividades exteriorizadas (FOUCAULT, 2010; GUATTARI; ROLNIK, 2000; ORTEGA, 2008).

Corpos borram prescrições, se inventam, ultrapassam marcadores identitários, corpos sempre estão aquém e vão além do que prescrevem as pedagogias político-culturais. Alguns corpos, alguns ‘estados’, alguns movimentos de corpos, não são passíveis de nomeação, de adestramento, de identificação. Entre os limites do orgânico e da linguagem, nasce o “outro” dos corpos, corpos intensivos germinados por vidas que insistem em expandir-se pelo convite a uma vida que pode mais, pelo menos mais do que esta: vida fadada a um corpo esquadrinhado, circunscrito, colado aos mapas políticos da linguagem, afeito à normalização, à incorporação de boas condutas postas em ação e reiteradas pelas pedagogias político-culturais. A partir da perspectiva aqui proposta, quando se analisa um corpo, não se busca ali uma origem, mas a formação de um corpo como efeito da história de seu tempo, no seu local de inscrição, marcas, rastros, traços, que vão configurando justamente isto que se denomina corpo. E isto que se denomina corpo sempre vaza, sempre pode mais, é um aberto de possibilidades inomináveis, impensáveis, imprevisíveis. Esta possibilidade do corpo-acontecimento se vê ampliada no contexto de práticas de liberdade, que, apesar de tudo, ainda insistimos em denominar de democráticas:

Sobre o acontecimento basta dizer que ele é possível, pois ele só ocorre confundindo-se com nada e abolindo o real ao qual pretende. Só há

existência possível. [...] o conjunto do possível confunde-se com Nada, do qual cada coisa é uma modificação. [...] brinca-se com o possível sem realizá-lo (DELEUZE, 2010, p. 69-70).

É na confluência de tais posicionamentos que a indagação acerca dos processos que organizam corpos e formam sujeitos (profissionais e usuários) pode fazer sentido. Corpos organizados, sujeitos sujeitados, sobrevida, é só isso?

Mas você vai resgatar o quê? Você já teve isso mesmo? Você vai resgatar o que você nunca teve? Que cidadania é essa? É algo que você teve ou que as pessoas falam tanto que você acredita que perdeu? Para alguns usuários voltar a ser homem é voltar a trabalhar, a ter um convívio com a família, ficar com meninas, ter relações sexuais que não estava tendo... Ou a comunidade em torno dele voltar a olhar ele como cidadão. Devolver, resgatar o quê? O que os usuários, cada um, entende por cidadania? O slogan carteira de trabalho, salário mínimo, voto, certidão de nascimento, sou cidadão. Ser cidadão é só isso? Você existe, então você é cidadão, mas o que você quer? Qual o seu plano de vida? Eu quero estar vivo, mas estar vivo como? Estar vivo é muito pouco [GF técnica, dezembro de 2012].

Mas, bem ali, junto a processos que fazem desse serviço um território de organização de corpos de profissionais e usuários/as, prescrevendo-lhes fôrmas de ação, aprendizagens escapam ao governo das condutas, criando possibilidades de singularização, de recusa a modos de condução obstinados pela fabricação de rostos e fixação de funções e identidades institucionais. Bifurcando esta busca pelo homogêneo que pauta o ensinar, corpos experimentam processos de aprendizagem que possibilitam sua abertura, corpos aprendem a desaprender. Nessa direção, Paraíso (2011, p. 147), assinala que “[...] aprender é abrir-se e refazer os corpos, agenciar atos criadores, refazer a vida, encontrar a diferença de cada um e seguir um caminho que ainda não foi percorrido. Aprender é abrir-se à experiência com “um outro”, com “outros”, com uma coisa qualquer que desperte o desejo”, em ambiente de liberdades pessoais e direitos sociais. O território do CAPS ad é tanto de ensino e organização de corpos, como um território onde se pode aprender a desaprender, a desnaturalizar todo um longo histórico de enlatadas aprendizagens sobre processos de cuidado.

Mas o que se (des)aprende no território do CAPS ad? O que a clínica, os corpos, as práticas, profissionais e usuários desaprendem quando se expõem ao encontro com forças moventes, quando expõem seus corpos a flechas do

mundo? Acontecimentos-corpos que preservaram, ao menos por um instante, a capacidade de serem afetados, “se não através de uma permeabilidade, uma passividade, até mesmo uma fraqueza” (PELBART, 2013, p. 31). Eis aqui uma tentativa de fazer durar forças que estiveram à altura desta fraqueza...

1) “*Você é trabalhadora ou paciente?*”. Importa? Em momentos de festejos, como o Carnaval e o São João, os habitantes do CAPS ad vão para a rua encontrar com pessoas da vizinhança, se fazem presentes; os invisíveis se mostram nos quarteirões e nas praças, experimentando a alegria mestiça do, pelo menos por alguns instantes, desfazer de identidades institucionais e da restrição à subjetividade drogadita. “Caminhar no sentido de uma dessegregação das relações atendente-atendido assim como das relações internas ao pessoal” (GUATTARI, 2000, p. 187). Caminhar também no sentido de uma dessegregação das relações normais-anormais no espaço da cidade parece ser um remédio para a produção de outros modos de subjetivação e de relação com a discrepância e a variância.

2) “*Quando eu cheguei aqui, eu tomava não sei quantos litros de cachaça por dia, agora só tomo um. O que vocês querem mais?*”. Uma pesquisadora, ao entrar no serviço em uma das primeiras vezes, ainda com medo nas pernas, é recebida pela mão por um usuário manco das pernas, com edemas aparentemente oriundos do uso abusivo e contínuo de álcool, tido como “*problemático*”: aquele que não adere às oficinas, que não tem documentação e, por isso, não gera Autorização para Procedimento de Alto Custo (APAC), aquele que aparece constantemente embriagado, aquele que “*dá trabalho*”. Com ele, ela se encontra, se vincula, se afeta. Entre eles tece-se uma política da amizade em interstícios institucionais habitados justamente pelo encontro entre corpos. Potência de afetação, uma amizade que não foi qualificada, “mas qualificante, geradora de qualidades” (PASSOS; BENEVIDES, 2006, p. 14), uma amizade entendida como espaço intersticial, “*espaço entre-dois, [...]*”. É ele quem se oferece para acompanhá-la em caminhadas pela cidade, encontrando outros usuários na rua, em suas casas.

3) Usuários sugerem a realização de oficinas de redução de danos em lugares da cidade em que se encontram amigos que não vêm ao serviço. A primeira delas é realizada num cemitério perto do CAPS ad, no qual muitos usuários costumam residir. Por meio da oficina, a clínica ocupa, então, o espaço da rua, ali onde a abordagem não precisa exigir o não uso de drogas. Vale ainda perguntar o que se (des)aprende das normas de gênero, quando lá se observa que uma usuária mantém relações afetivas e sexuais com vários outros usuários e que isso, para eles e para ela, é um modo possível de convívio, é a forma experimentada de relação e de cuidado entre pessoas?

4) “*Mataram dois ‘fios’ meus*”. Em uma outra roda – alcoolistas numa praça onde costumam se encontrar desde os anos 1980 –, um usuário que havia há alguns anos pulado o muro do serviço com cachaça, sobre o qual, na ocasião, se solicitava intervenção, já que o mesmo não se “vinculava” ao CAPS ad e só “vinha para perturbar”, fala, com olhos espelhando água, da saudade que sentia de alguns profissionais que já não estão mais no CAPS ad. Fala também de seu sofrimento por ter tido seus filhos assassinados e por não poder mais dar aulas de artes marciais por conta de seu analfabetismo, o que o fez “cair na cachaça”? Esse mesmo usuário, fala, ainda, do medo da morte, pois haviam acabado de perder um amigo que frequentava a praça, e de um sobreviver bebendo... “Eu bebo sim, estou vivendo. Tem gente que não bebe, está morrendo” (CARDOSO, 1973).

Parar de beber é atestado de óbito. Têm pessoas aqui que não podem parar de beber. Ele parou de vez, o irmão cortou a bebida dele de uma vez e aí ele enfartou. Não deu outra. [...] Como dizem os médicos, tem que desmamar, né? [...] Já tá organizado com o álcool como se fosse um remédio. [GF usuários, dezembro de 2008]

O que se (des)aprende ao observar homens que frequentam uma praça e se encontram ali para beber juntos desde os anos 1980, mantendo entre si laços de amizade e cuidado?

Vocês vão para o céu, ficar aqui conversando com biriteiro. Tem umas bonitonas feito vocês que, acho que por medo, arroteiam a praça, não dão nem bom dia, acham que nós somos bichos. [GF na praça, com usuários e ex-usuários do CAPS ad, dezembro de 2012]

5) O que se (des)aprende quando “biriteiros” e “bonitonas” se encontram para “desfazer o já feito”, as bonitonas falando que aprenderam a sentir medo de “biriteiros” e os “biriteiros” falando que talvez o fato de urinar e defecar ali mesmo na praça seja desagradável para moradores e amplifique ainda mais o afastamento? “*Tem gente de frente, tem mãe de família, aí nego urina, aí nego faz coisa, e tira as coisas, só que passa gente de frente, afinal aqui é uma praça*”.

6) Num cenário em que ainda se costuma exigir abstinência para que usuários frequentem o serviço, um técnico faz uma intervenção – “excêntrica” aos olhos de muitos profissionais que ficam a comentá-la – junto a um usuário

que costumava chegar ao CAPS ad muitas vezes embriagado, atrapalhando o desenvolvimento das atividades e incomodando profissionais e usuários. Esse técnico chama tal usuário para uma sala e o convida a fazer um relaxamento corporal, o usuário aceita e, conduzido a prestar atenção em partes de seu corpo, dorme por algumas horas. Alguns técnicos ficam a reclamar/estranhar a abordagem...

7) O vínculo produzido num dia a dia entre pessoas que, pelo menos por alguns instantes, esquecem – aquele esquecimento ativo, no sentido nietzscheano (1998) – de suas identidades institucionais, de seus lugares nitidamente demarcados e se misturam; esquecem que o “outro” é perigoso, é para ser odiado ou socorrido e param, naquele lapso de tempo, de lutar por uma inserção social para sempre adiada de um “outro” reformado numa sociedade que o expelle e o despreza e passam, num momento de “perda de mundo”, a abrir outras redes, compor outros mundos, outras vidas, outras possibilidades de convívio. Fala-se da experimentação de um singular modo de vinculação, que produz alianças sem a medida da homogeneização e unificação:

[...] é uma amizade, pra eu sentir uma certa liberdade, né? Mesmo com minha técnica, se eu não chegasse ao ponto de ter uma certa liberdade com ela, eu jamais falaria certas palavras com ela, mas quando se tem uma certa liberdade, uma certa amizade, um vínculo de amizade mesmo, a pessoa fala. [GF equipe de RD, dezembro de 2012]

8) No CAPS ad, o que se (des)aprende com a entrada de muitos usuários de crack, a maioria jovens e que não ficam muito tempo, num serviço em que a maioria era de homens, adultos e idosos, usuários de álcool que costumavam (e ainda costumam) frequentar o serviço durante anos?

Às vezes, com usuários de crack, é trocar três palavras e dar a ideia. Tem que ser uma coisa rápida, uma abordagem que acompanhe a instantaneidade daquele corpo ali. O espaço-tempo é diferente. Um mês na fazenda parece uma eternidade. [...]. Uma abordagem imediata faz toda diferença. Não é algo que se pode esperar e a lógica dos serviços de saúde, protocolar, tem toda uma demora, avaliar, passar por toda uma equipe [GF com equipe RD, dezembro 2012].

“Trocar três palavras”. “Nessas experimentações verbais há também que exercitar um desfazer-se (outro verbo!) do já dado sobre a clínica, colocando-a em análise” (PASSOS; BENEVIDES, 2006, p. 14).

De quando o corpo, inclusive do cuidado, se faz acontecimento

As situações destacadas compõem este texto porque parecem assinalar essa abertura do corpo do próprio cuidado em ad. Elas falam de montagens e experimentações menores, circunstanciais, singulares, cotidianas. Elas dizem de práticas de cuidado que se tecem nas passagens, que se fazem sem local fixo, *settings* volantes. Uma clínica afeita aos encontros, a qual se tece “sempre em relação com uma paisagem da cidade, do sujeito, da subjetividade, do meio ambiente, da própria clínica” (ARAÚJO, 2006, p. 31-32). Elas parecem dizer de arejamentos, ventos trazidos por novas relações tecidas num espaço que tende a ser morno e tedioso. Muitas dessas notas microsociológicas foram inventadas e disponibilizadas no seio do movimento da Luta Antimanicomial como um modo de fazer frente ao modelo asilar e, assim, produzir um ‘cuidado em liberdade’. A questão é que, no momento em que o movimento se institucionaliza, tais notas tendem a se transmutar em fôrmas institucionais.

Ali no CAPS ad, emergem variações, marcas de singularidade aos mínimos gestos, aos mínimos encontros, que advêm de um tal contexto institucional. No convívio, na afetação entre corpos, no ‘não saber o que fazer’, outros modos de cuidado emergem, desestabilizando o ‘preto no branco’ de paisagens terapêutico-institucionais protocolares, colorindo-as, possibilitando a emergência de outras formas de vida para os corpos e para o cuidado por eles produzido:

[...] *Cuidado recíproco. Uma zona de interferência. Mesmo que eu seja provedor do cuidado, o que vem de lá pra cá também produz, inclusive muda o modo de cuidado. Na margem de uma zona de existência, da existência de certas formas de cuidado, eu vejo se criando cuidados próprios, diferenciados que mexe com nossos cuidados padronizados e aí a gente passa a refletir sobre nossas práticas e às vezes sobre nossa vida.* [GF com equipe de RD, dezembro de 2012]

“Na margem de uma zona de existência, [...] se criando cuidados próprios”, se agenciam outras práticas de si que não as que ensejam sujeição a determinadas

formas de poder. Como indica Foucault (2006, p. 306), parece não haver “outro ponto de resistência ao poder que não na relação de si para consigo”. Bem ali, “nas dobras do poder, encontra-se o cuidado e a preocupação consigo mesmo. Nas dobras de uma sociedade governada e governamentalizada, uma ética do cuidado de si pode ser o caminho da resistência” (GALLO, 2011, p. 389). Assim, “A ética do cuidado de si é a tomada da governamentalidade em outro aspecto: muda-se o foco do governo dos outros para o governo de si” (GALLO, 2011, p. 373).

Na mesma direção, Senellart (2008) afirma que Foucault, tecendo uma articulação entre política e ética, dá um terceiro sentido para a palavra sujeito. Além dos dois sentidos já citados no início deste capítulo – um sujeito sujeitado ao outro por meio da dependência e do controle e sujeitado à sua própria identidade através de certas práticas de si – a partir do estudo dos gregos clássicos, Foucault (2006, p. 618) pensa “um sujeito verdadeiro, não mais no sentido de uma sujeição, mas de uma subjetivação”. O autor entende o sujeito como uma deriva, como um efeito, um produto de uma subjetivação, não apenas como efeito da verdade do poder, mas com poder da verdade: “o sujeito é o efeito de processos de subjetivação. O sujeito é o efeito de um endereçamento. O sujeito é o efeito de um posicionamento. O sujeito é o efeito da história. O sujeito é o efeito da *différance*. O sujeito é uma derivada. O sujeito é uma ficção. O sujeito é um efeito.” (CORAZZA; SILVA, 2003, p. 11).

Um sujeito, então, com potência de inventar-se por meio de práticas de si, não como técnicas de dominação, mas como exercícios que faz sobre si mesmo, pondo-se à prova, entendendo a vida como prova, como espaço de experimentação, lugar de possibilidade de transformação de si. Foucault aponta, pois, para um sujeito que emerge da resistência ao poder e ao fascínio da verdade nas relações de saber. Em outros termos, está-se construindo uma noção de sujeito não apenas “como o indivíduo sujeitado, mas a singularidade que se afirma na resistência ao poder – [...] as contracondutas” (SENELLART, 2008, p. 511). Governo de si por meio da produção de outras práticas de si que dão vazão a outras subjetivações, as quais descarrilam formas de ser já dadas, formatadas – esse parece ser um caminho frutífero de resistência ao biopoder. Ensaio de existência, (re)existências dos corpos, do cuidado e da vida institucional, insurgências de um cuidado de si que se tece na relação com o outro, um cuidado como prova, como experiência que faz do mundo “ocasião de transformação de si, o lugar de emergência de uma subjetividade” (GROS, 2006, p. 635). Outras formas de vida, plantas em solos áridos de sertão, brotam no interior mesmo do CAPS...

“No CAPS, voltei a ser homem, cidadão de bem, cuidador de mim mesmo, trabalhador inserido na sociedade, resgatei minha saúde e minha cidadania”.

“No CAPS, promovo ‘o agenciamento de mim mesmo como polícia da vida no emprego, atuando em políticas públicas’” (PASSETTI, 2011, p. 134). “No CAPS, sobrevivo”. O sobreviver dos sobreviventes, bem ali a resistência parece saltar: e “se entendermos os movimentos de resistência como afirmação de algo e não como negação ou reação a algo – uma re-existência?” (COIMBRA; LEITÃO, 2009, p. 75). A opção por escutar relatos de homens nos fez dialogar aqui com alguns conceitos dos estudos de gênero. Mas também nos colocou em possibilidade de diálogo com a literatura acerca de produções de masculinidades, aquela que se ocupa centralmente com as conexões entre modos de se constituir como homem, masculinidades e virilidade. No escopo desse artigo, não foi possível caminhar por essa trilha, que implica analisar a construção social, cultural e política dessas relações entre homens e masculinidades, tanto entre os profissionais da saúde quanto entre os usuários do serviço. Tal tema ocupa nosso interesse futuro de pesquisa.

No cansaço, na apatia, na paralisia aparente, no desgaste, reservas de vida e de morte surgem transfigurando corpos cansados em corpos esgotados que ousam almejar o inominável e o impossível. Um corpo que se agencia a um caderno, um corpo que se faz pesquisa ao se agenciar a um andarilho infame, um corpo que se agencia com o vento (VASCONCELOS; SEFFNER, 2017), agenciamentos entre corpos de profissionais e de usuários que borram tais fôrmas identitárias e as formas de vida institucional... Agenciar é justamente “estar no meio, sobre a linha de encontro entre dois mundos. Agenciar-se [...] é criar algo que não está nem em você nem no outro, mas entre os dois, neste espaço-tempo comum, impessoal e partilhável que todo agenciamento coletivo revela” (ESCÓSSIA, 2009, p. 692). A única unidade do agenciamento “é a de cofuncionamento, ligando estado de coisas, estado de corpos e enunciados em relações de vizinhança com limites móveis e sempre deslocados” (HECKERT; NEVES, 2010, p. 167). Fazer o corpo é também, nesse sentido, produzir um comum, entendendo-o como “um reservatório de singularidades em variação contínua” (PELBART, 2003b, p. 30), um “compartilhamento de uma separação dada pela singularidade” (PELBART, 2003b, p. 141). Ou, como explana Cocco (2009), “Um comum é sempre um fazer, um expandir-se, um excesso” (COCCO, 2009, p. 199).

Como que, ensaiando ocupar lapsos de tempo em pequenos espaços de destituição de identidades e funções institucionais, corpos ensinam outras peripécias, outros gestos, movimentos de recusa à sujeição ao governo da individualização, formam-se novos modos de existência, novos modos de relações entre esses corpos, novas formas de vida e de habitação daquele espaço, novos modos de cuidado, um “outro” do corpo de profissionais e usuários, um “outro” do corpo do cuidado protocolar, um “outro” do corpo do CAPS

ad. Sopros de vida. Mesmo ali onde tudo parecia nada restar, corpos desejam mais do que a apatia de uma sobrevida codificada, corpos desejam uma vida como aventura sem bússolas, errância, descaminho, invenção, porque gente é para viver⁴ e não para seguir apenas vivo... “*Ser homem, se isso não tiver como amarra de correspondência social. Ser homem, ser gente. E gente é mais que homem*” [GF com equipe de RD, dezembro de 2012]. Gente passarineira que inunda as ruas da alegria de se fazer em terrenos de sonâmbulas melodias, bem ali onde nosso corpo, na condição de vivente, encontra com as forças moventes de um mundo vivo em fabulação (COUTO, 2016). Bem ali onde o mundo e o corpo inteiro se fabula, ensaiemos passarinhar.

Há no mundo alguma coisa que força a pensar. Este algo é o objeto de um *encontro* fundamental e não de uma reconhecimento (DELEUZE, 2006, p. 203, grifo do autor).

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Gabriel de Castro Augusto. *Vida e arte: criação na borda, no balanço paradoxal*. Niterói: Eduff, 2017.

AQUINO, Julio Roberto Groppa. A governamentalidade como plataforma analítica para os estudos educacionais: a centralidade da problematização da liberdade. In: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *Foucault: filosofia e política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 195-212.

ARAÚJO, Fábio. *Um passeio esquivo pelo acompanhamento terapêutico: dos especialismos à clínica da amizade*. Niterói: Edição do autor, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST e AIDS. *Política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas*. Brasília, DF: MS, 2003.

CARDOSO, Elizeth. *Eu bebo sim*. Rio de Janeiro: Copacabana, 1973. 1 disco compacto. Lado A.

CARVALHO, Sérgio Resende. Reflexões sobre o tema da cidadania e a produção de subjetividade no SUS. In: CARVALHO, Sérgio Resende; BARROS, Maria Elizabeth Barros de; FERIGATO, Sabrina (org.). *Conexões: saúde coletiva e políticas da subjetividade*. São Paulo (SP): Aderaldo & Rothschild, 2009. p 23-41.

4 Parafraseando Caetano Veloso, na música Gente no disco *Bicho* de 1977.

CASTIEL, Luis David. Saúde, riscos e hiperprevenção. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 07-08, 2011.

COCCO, Giuseppe. *Mundo Braz: o devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

COIMBRA, Cecília; LEITÃO, Beatriz Sá. Fluxos de utopia ativa: movimento zapatista, direitos humanos e psicologia. In: MOURÃO, Janne Calhau (org.). *Clínica e política 2: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas*. Rio de Janeiro: Abaquare; Grupo Tortura Nunca Mais, 2009. p. 71-84.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político? In: ARANTES, Esther Maria M.; NASCIMENTO, Maria Lívia do; FONSECA, Tania Mara Galli (org.). *Práticas PSI inventando a vida*. Niterói: EdUFF, 2007. p. 27-38.

CORAZZA, Sandra Mara; SILVA, Tomaz Tadeu da. *Manifesto por um pensamento da diferença na educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. (Coleção Composições).

COUTO, Edvaldo Souza. Corpos dopados, medicalização e vida feliz. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Meri Rosane Santos da; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). *Corpo, gênero e sexualidade: composições e desafios para a formação docente*. Rio Grande: Editora da FURG, 2009. p. 43-56.

COUTO, Mia. O embondeiro que sonhava pássaros. In: COUTO, Mia. *Cada homem é uma raça: contos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 63-71.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles. *Conversações (1972-1990)*. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DELEUZE, Gilles *O esgotado*. 3. ed. Sobre o teatro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.

DUARTE, André de Macedo. Foucault e as novas figuras da biopolítica. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (org.). *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 35-50.

ESCÓSSIA, Liliana da. O coletivo como plano de criação na Saúde Pública. *Revista Interface – comunicação, saúde e educação*, Botucatu, SP, v. 13, n. 1, p. 689-694, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul (org.). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos*. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

GRANJA, Edna; MEDRADO, Benedito. Homens, violência de gênero e atenção integral em saúde. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 25-34, jan./abr. 2009.

GROS, Frédéric. Situação do curso. In: FOUCAULT, Michel (org.). *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes; 2006. p. 611-661.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 2000.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HECKERT, Ana Lucia C.; NEVES, Cláudia Abbês Baeta. Modos de formar e modos de intervir: quando a formação se faz potência de produção de coletivo. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. Formação de Intervenção, *Cadernos HumanizaSUS*, v. 1, 2010. p. 13-27.

KOHAN, Walter Omar. *Infância, estrangeiridade e ignorância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ORTEGA, Francisco. *O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PARAÍSO, Marlucy A. Raciocínios generificados no currículo escolar e possibilidades de aprender. In: LEITE, Carlinda et al. (org.). *Políticas, fundamentos e práticas do currículo*. Porto: Porto Editora, 2011. p. 147-160.

PASSETTI, Edson. *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

PASSETTI, Edson. Ecopolítica: procedências e emergência. In: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *Foucault: filosofia & política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 127-142.

PASSOS, Eduardo; BENEVIDES, Regina. Prefácio. In: ARAÚJO, Fábio (org.). *Um passeio esquivo pelo acompanhamento terapêutico: dos especialismos à política da amizade*. Niterói: Edição do autor, 2006. p. 13-14.

PELBART, Peter Pál. Subjetividade e pós-modernismo. In: ARÁN, Márcia (org.). *Soberanias*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003a. p. 31-40.

PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003b. .

PELBART, Peter Pál. *O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento*. São Paulo: n-1 edições, 2013.

SENEILLART, Michel. Situação dos cursos. In: FOUCAULT, Michel (org.). *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 495-537.

SOARES, Carmen Lúcia. Escultura da carne: o bem-estar e as pedagogias totalitárias do corpo. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 63-82.

VASCONCELOS, Michele; SEFFNER, Fernando. A pedagogia das políticas públicas de saúde: norma e fricções de gênero na feitura de corpos. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 44, p. 261-297, 2015.

VELOSO, Caetano. Gente. In: VELOSO, Caetano. *Bichos*. Rio de Janeiro: Philips Records, 1977. 1 disco sonoro. Lado A, faixa 3.

Texto recebido em 23/07/2020.

Texto aprovado em 14/09/2020.